

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Inaiá Maria Moreira de Carvalho (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 12min).

**Inaiá Maria Moreira de Carvalho
(depoimento, 2016)**

Rio de Janeiro

2017

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: Isabella Jannotti;

Local: Salvador - BA - Brasil;

Data: 20/05/2016 a 20/05/2016

Duração: 1h 12min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Temas: Anos 1960; Bahia; Brasil; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Ciências sociais; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; Cooperação acadêmica; Desenvolvimentismo; Economia; Ensino superior; Exílio; Fernando Henrique Cardoso; Filosofia; Formação acadêmica; Formação profissional; Infância; Instituições acadêmicas; Magistério; Militância política; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Previdência social; Recursos humanos; Regime militar; São Paulo; Universidade de Brasília; Universidade de São Paulo; Urbanização; Viagens e visitas;

Sumário

Entrevista: 20/05/2016

Origens familiares na Bahia; estudos na infância; interesse pelas Ciências Sociais; renovação da Faculdade de Filosofia da UFBA nos anos 60; empirismo e processos de modernização de Salvador; trabalho na Cetrabes; programa de recursos humanos da Sudene; pesquisas e atividades para formação em parceria com Cebrape; contato com Fernando Henrique Cardoso; dificuldade em discutir projetos de urbanização; criação do programa de Mestrado em Ciências Sociais na UFBA; parceria do programa com a USP; escolha do tema de pesquisa no Mestrado; exílio de professores com o regime militar; início na atividade docente; expansão do curso de Ciências Sociais; influências do projeto desenvolvimentista; cursos promovidos pela CEPAL; ida à São Paulo para doutoramento; entrevistas durante o Doutorado; pesquisas com urbanização; criação de associações de Ciências Sociais; militância política na academia; atividades na ANPOCS; expansão da pós-graduação no Brasil; nacionalização das Ciências Sociais; relação precoce com a academia; construção de sistema nacional de pesquisa em Ciências Sociais; aposentadoria; permanência nas atividades acadêmicas; pesquisas atuais; levantamento da trajetória de pesquisa; trabalhos em parceria com organizações sociais; alterações na estrutura social; influências do mercado na sociedade; importância das Ciências Sociais.

Entrevista : 20/05/2016¹

C.C. – Bom, gostaria de começar pedindo para você falar um pouco da sua origem familiar, infância, esses anos ainda antes da universidade.

I.C. – Certo. Eu sou nascida em Salvador, minha família é uma família de origem rural. Meu avô inclusive era um senhor de engenho. Agora, um senhor de engenho daqueles pobres, não é? Que não fizeram a transição do engenho de rapadura para usina. Eu só fui entender a trajetória do meu avô depois que eu li o Celso Furtado.

C.C. – De que região eles eram?

I.C. – Do Norte da Bahia. Ele era senhor de engenho, era da classe dominante local, mas não tinha muitas condições financeiras, teve muitos filhos. Meu pai foi o único que fez universidade, meu pai era advogado, também era fazendeiro. Minha mãe também, na época, era uma pessoa diferenciada, porque nos anos 1930 para 1940 ela já fez universidade, ela era farmacêutica. Então, eu nasci em Salvador mas logo depois minha família foi para o interior. Eu morei no interior, passei minha infância no interior.

C.C. – Que região?

I.C. – Sul da Bahia, na cidade de Itabuna... Foi interessante, porque me deu a oportunidade de viver um pouco o Brasil profundo, não é? Meu pai estava morando no Norte, mas por questões de brigas políticas ele acabou resolvendo ir embora para a cidade da minha mãe, que era no Sul da Bahia, Itabuna. Aquela zona do cacau e tudo, não é? Então, passei a infância basicamente no interior, as recordações... Estudei em escola pública, boas escolas públicas do interior. As lembranças que eu tenho do interior, são aquelas coisas mais de fazenda, dos animais, do engenho do meu avô, enfim. Mas, meu pai e minha mãe eram muito preocupados com a educação da gente, então quando eu comecei a fazer o ginásio, meus pais me mandaram para estudar em Salvador.

¹ Versão revisada pela entrevistada.

C.C. – Você tinha família aqui em Salvador.

I.C. – Não, eu fui interna no Colégio das Mercês, não é uma época que eu lembre com muita satisfação.

C.C. – Devia ser um colégio exclusivamente feminino.

I.C. – Era um dos colégios femininos da elite, tinha internato. Eu fui interna nas Mercês, fiz o ginásio lá. Depois eu fiquei com uma família amiga nossa e fiz o curso normal, no Instituto Normal da Bahia. Que era também um bom colégio. Naquela época em que os colégios públicos eram os bons colégios de Salvador.

C.C. – Mas porque a senhora não gostou do colégio?

I.C. – Das Mercês? Não especialmente, era um colégio extremamente repressivo, aquela coisa do internato. E depois o Colégio das Mercês também não tinha o colégio normal. Naquela época, como era comum, as moças de classe média iam muito fazer o Normal para serem professoras. Aí eu fiz o Instituto Normal, fiz o Curso Normal. Mas, depois disso, eu tinha ambições maiores e resolvi fazer uma faculdade. Aí fui para a Faculdade de Filosofia, fazer o curso de Ciências Sociais, isso foi em 1963.

C.C. – Em 1963 a senhora começou o curso?

I.C. – Eu comecei o curso de Ciências Sociais.

C.C. – E por que Ciências Sociais? Tinha algum motivo que interessou?

I.C. – Olha, não. Na verdade não tinham motivos muito fortes não. Eu me lembro que na época a gente tinha aquele negócio de fazer exame vocacional e tal. Eu fiz e deu que eu daria para a área de ciências humanas. Eu nunca fui muito boa em Matemática, Física, essas coisas, não era a minha praia não. E eu tinha um professor no Instituto Normal, um professor de Sociologia

que eu achei interessante, não é? Aí eu fui fazer o curso de Ciências Sociais. E foi uma experiência muito interessante, alargou meus horizontes, me deu outra visão do mundo. Na época, como eu disse, eu era uma moça de uma família de origem rural, conservadora e tal. E eu entrei na faculdade, no curso de Ciências Sociais, no fundo com uma expectativa de que eu seria uma professora do nível médio. Mas lá minha vida mudou, meus horizontes, minhas perspectivas mudaram. Eu entrei na faculdade em um tempo que é interessante você pegar... Se você está com a perspectiva de analisar a trajetória das Ciências Sociais você vê que um pouco tem a ver com a própria trajetória das mudanças do país. Eu peguei a Faculdade de Filosofia em um tempo em que ela estava passando por uma intensa renovação. Isso eu acho que no Rio e em São Paulo é um pouco diferente. Mas aqui em Salvador e acho que em outras áreas do Nordeste, Recife por exemplo... as Ciências Sociais tinham uma influência muito grande dos advogados, do pessoal que tinha uma formação básica em Direito. Eles estavam mais próximos da filosofia do que da sociologia. Era aquela coisa muito abstrata, muito teórica, que tinha pouca a ver com a realidade e, ao meu ver, com as questões sociais mais importantes.

C.C. – Mas, aqui nas Ciências Sociais, o Thales de Azevedo...

I.C. – Sim. Thales vai entrar agora, certo? Então, essa época foi uma época de renovação e Thales teve um papel fundamental nisso. Por quê? Foi uma época que tinha o Thales, e teve uma figura que foi fundamental para toda uma geração, que foi Maria Brandão, a filha de Thales. Maria Brandão, a formação dela foi em sociologia mesmo. Ela foi para os Estados Unidos fez a pós graduação dela lá. Então ela veio com uma outra perspectiva, é uma perspectiva de pesquisa empírica e de uma pesquisa e de uma ciência social antenadas com a realidade, antenadas com as questões sociais. Então tinha a Maria. Tinha Milton Santos também, que foi outra figura importantíssima aqui na Bahia. Milton Santos com a formação francesa dele, com a perspectiva que todo mundo conhece, não é? Ele fundou aqui o Laboratório de Geomorfologia. Ele foi meu professor por um ano só, no primeiro ano em que eu entrei, porque depois, em 1964, ele teve que sair do país. Então, tinha Thales, tinha Maria, Milton Santos... E Thales trouxe outros, como diretor da faculdade, ele trouxe outros professores que foram uma renovação nesse sentido que eu estou dizendo, de uma ciência social mais comprometida com as questões sociais e com a realidade social, que foram Itsvan

Jancsó, que depois voltou para São Paulo, Klaas Wortman, que ficou um tempo aqui depois foi para Brasília. E Perseu Abramo, também...

C.C. – Que veio a ser seu orientador.

I.C. – É, que veio a ser meu orientador, exatamente. Então, como eu disse, foi uma época de intensa renovação e a renovação não era só na faculdade era uma renovação que estava havendo no próprio estado, na sociedade baiana. Foi uma fase em que Salvador estava passando por uma grande transformação, resultante dos esforços do planejamento regional. Foi a época da criação da Sudene, foi a época da industrialização do Nordeste. E isso repercutiu muito aqui, porque Salvador passou a sediar... Salvador tem uma tradição, já desde Rômulo Almeida que tinha uma proposta de industrialização baseada na exploração da petroquímica e tudo. Então, nessa fase foi criado o centro industrial de Aratu, com uma série de indústrias... Depois virou um cemitério de indústrias, mas foi um centro importante, o polo petroquímico veio um pouco mais tarde... enfim, a cidade estava crescendo bastante, se transformando, se modernizando. O estado também estava modernizando sua estrutura, em termos de um sistema de planejamento. Então, foi uma época em que foi criada a SETRABES, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social do Estado da Bahia.

C.C. – No qual a Anete trabalhou bastante.

I.C. – A Anete trabalhou, Guaraci trabalhou, a SETRABES foi um celeiro dos jovens sociólogos antenados com as questões sociais, com a realidade, e desejosos de fazer uma ciência social mais comprometida. Eu não vou citar mais gente para não ser injusta ao omitir... Mas eu destacaria a Anete, a Guaraci. Então, nessa fase dos anos 1960, quando eu estava na faculdade, Maria Brandão criou um grupo de pesquisa que se chamava SID, era Sociologia Industrial e Desenvolvimento. Que estava exatamente analisando essas transformações que estavam ocorrendo, processo de industrialização, essa coisa toda. Eu trabalhei no SID, junto com vários outros colegas e com Maria. Maria teve uma influência fundamental na minha formação e, como eu disse, na formação de toda uma geração. Mas, logo depois de 1964, Maria saiu de Salvador por algum tempo. Por questões políticas, ela, Milton Santos... Ela foi fazer um pós-doutorado na Inglaterra. E aí eu fui para a SETRABES.

C.C. – Ainda durante o curso?

I.C. – Foi no final do curso. Eu me formei em 1966. Durante o curso eu fui selecionada como professora do Colégio de Aplicação, que era o colégio de nível médio da universidade, que terminou extinto. Porque era um colégio de elite não tinha nada a ver com a realidade educacional da Bahia. Então, ficou pequeno para ser um colégio experimental. E, ao mesmo tempo, experimentação com aquele tipo de clientela não era real. Então, eu ensinava no Colégio de Aplicação e trabalhava na SETRABES. Então, nesse tempo... Eu ensinava no Colégio de Aplicação e estava lá na faculdade, no SID, com Maria Brandão e com um grupo de colegas. No final dos anos 1960, quando eu era recém-formada, eu acho que no ano em que me formei, 1966, fui para a SETRABES com vários outros colegas. Solange [inaudível], Guaraci, Anete e tudo. Mas eu não fiquei muito tempo na SETRABES... esse processo de modernização, desenvolvimento, teve muito a ver com a minha trajetória. A SUDENE resolveu enfatizar (na época estava na moda) a formação de recursos humanos para o desenvolvimento. Então, a SUDENE aqui resolveu criar, prometer verbas e tudo, para criar um Programa de Recursos Humanos na UFBA, era o PRH. E o que ela enfatizava? Enfatizava a formação de pessoal na área da demografia, de estudos urbanos, trabalho... Tinha um economista também, certo? Então, prometeu verbas para pesquisa, para formação e tal. Verbas que nunca se materializaram, mas a formação terminou se dando mais ou menos. Como? O Programa de Recursos Humanos mandou Guaraci Adeodato, que foi uma figura também fundamental, para São Paulo... Pena que ela faleceu recentemente. Ela trabalhava com a demografia, mas era uma demografia que tinha toda interface com as ciências sociais, com a sociologia, com a antropologia. Então, Guaraci foi fazer o curso do de estudos populacionais lá em São Paulo, e o Programa de Recursos Humanos naquela época fez uma articulação com o CEBRAP também para fazer uma pesquisa sobre força de trabalho... Como é que se chamava, meu Deus? Era força de trabalho e desenvolvimento, era alguma coisa com força de trabalho, certo? Foi feita uma articulação com o CEBRAP. O CEBRAP na época estava começando também.

C.C. – Era muito novo, o CEBRAP.

I.C. – Era muito novo, certo? Era uma articulação que foi feita com o Tristão, que era muito amigo do Perseu, e Perseu estava por aqui também. Fez uma articulação com o CEBRAP para fazer uma grande pesquisa sobre a mão de obra na Bahia, não me lembro do nome exato. O CEBRAP estava muito interessado na discussão toda que estava ocorrendo a partir do Chile, da marginalidade. A teoria da marginalidade, aquela discussão toda de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso... Eu tenho, eu descobri em meus arquivos uma carta de Fernando Henrique, do tempo em que ele era sociólogo, diga-se de passagem [risos], que ele fez para mim falando sobre esse projeto... eu não tive mais nenhum contato com ele depois disso. O CEBRAP entraria nessa articulação com a Bahia e Fernando Henrique, escreveu dizendo que não dava, que a situação lá em São Paulo estava muito difícil, o clima político, falando nas cassações, que não daria para trazer gente do Chile, que era o propósito dele... enfim, isso não foi para frente. Mas era um interesse do CEBRAP naquela fase, discutir toda a questão da urbanização, desenvolvimento, marginalidade... E então, através dessa articulação com o CEBRAP, a gente teve uma experiência, que foi importante na minha formação e no tipo de trabalho que a gente passou a desenvolver, com o Paul Singer, com o Chico de Oliveira, com o Reginaldo Prandi, com o Procópio de Camargo, certo? Com a Elza Berquó, da área de demografia... Nós tivemos uma articulação interessante com o CEBRAP que deu em um livro que ficou muito conhecido na época, que foi o “Bahia de todos os pobres”. Na SETRABES eu tinha tido uma experiência de participar de uma pesquisa grande... A SETRABES também tinha, no início, uma articulação entre a universidade e a SETRABES, não é? Porque toda essa reforma administrativa tinha sido feita através do ISP, que era o Instituto de Serviço Público aqui da Bahia. Era um instituto da área de administração, que trabalhava com a questão da reforma administrativa, instituições para o planejamento. Então, havia uma articulação muito grande da SETRABES com a universidade. E nessa época houve uma grande pesquisa sobre mão de obra industrial na Bahia. Eu me lembro que na época era coordenada por Istivan Jancsó. Eu peguei essa pesquisa, eu trabalhei nessa pesquisa e essa pesquisa resultou na minha dissertação de mestrado, que se chamou, “Operários e sociedade industrial na Bahia”, e depois...

C.C. – Foi orientada pelo Perseu Abramo?

I.C. – Pelo Perseu Abramo, porque aí eu já estava no mestrado, que é outra etapa, certo? Mas eu comecei... quando eu comecei eu não estava no mestrado, eu estava na SETRABES, depois, com essa proposta do Programa de Recursos Humanos, eu fui convidada pelo Perseu para participar da equipe. Era uma equipe interdisciplinar, e a partir disso eu deixei a SETRABES e fui para o PRH como chamava naquela época, e aí quando a universidade criou o Mestrado de Ciências Sociais.

C.C. – O Perseu dava aula e era aluno ao mesmo tempo, não é?

I.C. – É. Na verdade o que aconteceu foi o seguinte: Machado Neto que tinha vindo de Brasília também, foi quem criou o mestrado, certo? O grupo do Machado Neto. Era o Machado Neto, Zahidé, Carlos Costa, certo? E na época Perseu vinha de Brasília, Perseu tinha feito a pós-graduação lá e parece que não tinha concluído em decorrência do golpe... Então, me parece que o Perseu concluiu aqui e fez a dissertação dele aqui. Até eu fui contactada recentemente porque o Instituto Perseu Abramo está procurando editar esse trabalho, está procurando uma fotografia de Perseu naquele tempo, o que infelizmente ninguém achou. O PRH não foi para frente, como eu disse, a Sudene não liberou as verbas, mas com essa coisa da inércia que acontece às vezes nas instituições públicas, o grupo permaneceu. Permaneceu, era um grupo pequeno, era Guaraci, era eu, Marusia, era depois Anete, outras pessoas. Era um grupo jovem, sem muita credibilidade, sem muito prestígio dentro da universidade... justamente pela sua juventude, ingresso recente. Mas muito entusiasmado em tentar criar uma equipe que estudasse a realidade social, as transformações sociais que estavam ocorrendo e que eram muito significativas. Aí nessa época foi criado o mestrado, quando foi criado o mestrado eu fui da segunda turma do mestrado. E aí o mestrado também foi uma oportunidade interessante de formação, primeiro com o próprio Perseu, que trouxe toda uma discussão da sociologia do trabalho... que eu já tinha começado com Maria Brandão. Depois o mestrado nessa época também fez uma articulação com a USP, aí vieram vários professores da USP dar aula aqui... Veio Luiz Pereira, que trabalhava com Sociologia do Desenvolvimento. E aí, nessa fase, pouco depois eu terminei, fui das primeiras turmas de mestrado. A minha dissertação foi premiada, a minha e a de Zahidé. Foram premiadas...

C.C. – Foi publicada logo no ano seguinte, não foi?

I.C. – Foi publicada no ano seguinte, publicada em uma coleção “Estudos Baianos”, um livro assim dourado, eu digo sempre que é uma dissertação brilhante... porque o livro tem a capa toda dourada, aquela coisa barroca e tudo. Mas ficou legal.

C.C. – Você podia falar um pouquinho mais da pesquisa do mestrado como foi?

I.C. – A pesquisa do mestrado, como eu disse, foi uma pesquisa que...

C.C. – Da escolha do tema também.

I.C. – A escolha do tema foi porque nessa época eu já vinha do SID discutindo toda a questão das transformações com a Maria Brandão, da industrialização, do processo de industrialização da Bahia e tudo mais, certo? Eu estava nisso aí. Depois eu estava na SETRABES, lá eu fiz uma grande pesquisa amostral, estudando os operários e as indústrias da Bahia, que não eram tão indústrias assim. Mas nessa fase eu acho que já pegou um pouco o CIA (Centro Industrial de Aratu), mas eram mais aquelas indústrias básicas, alimentares e tudo mais. Então, essa pesquisa traçou um perfil do operariado industrial da Bahia. Eu estava lá na SETRABES. E eu tinha tido também o curso do Luiz Pereira, então eu juntei as duas coisas. A parte do trabalho da SETRABES, no qual discutia toda a questão das atitudes operárias, e tudo mais, não é? E aí eu transformei isso em uma dissertação de mestrado, orientada por Perseu, que pouco depois foi embora da Bahia. Os tempos estavam muito complicados politicamente, nós perdemos uma série de professores, perdemos Perseu, perdemos Milton Santos, Klaas foi embora um pouco mais tarde, porque quis fazer o doutorado, foi para Harvard, teve que pedir demissão, Milton Santos teve que se exilar. E aí a escolha foi por isso. A gente estava vendo Salvador, (aquela cidade tradicional) se industrializar, com aquela mística da industrialização, do operariado, do desenvolvimento. E foi uma fase também de expansão da universidade. Então, pouco depois, eu entrei na universidade como professora.

C.C. – Em 1968 a senhora começou o mestrado também, não é?

I.C. – Em 1969 eu terminei o mestrado. Eu não me lembro exatamente não, essas coisas são pré-históricas.

C.C. – Pelo seu *lattes* está aqui o mestrado de 1968 à 1970. Em 1969 a senhora começando como professora auxiliar de ensino.

I.C. – Foi, eu comecei como professora auxiliar de ensino, não é? Foi uma fase em que a faculdade estava se expandindo... Porque, quando eu entrei no curso de ciências sociais, o curso, era um curso pequeno, a Faculdade de Filosofia era uma faculdade pequena... Os cursos em geral, as turmas eram pequenas, a turma antes da minha, se eu não me engano, tinha menos de vinte alunos. A minha foi uma turma que começou a crescer com uns trinta alunos, a turma seguinte já foi para cinquenta e a seguinte já teve quase cem alunos. De repente o curso de ciências sociais virou curso da moda, e então a faculdade se expandiu e eu entrei como auxiliar de ensino da Faculdade de Filosofia, eu já estava vinculada ao grupo do PRH, entrei no departamento, tinha outras pessoas no departamento que estavam articuladas comigo. E nós começamos a desenvolver uma série de projetos de pesquisa lá no PRH. Eu ensinava Sociologia do Desenvolvimento, voltada para questões de trabalho, questões de emprego, de marginalidade, setor informal, toda essa discussão sobre trabalho e condições de trabalho e pobreza. Eu levei algum tempo trabalhando com essas questões. Nisso eu fui influenciada também pelo fato de que a SEPLANTEC que é a secretaria estadual de planejamento, promoveu aqui alguns cursos da CEPAL. Eram cursos intensivos, que duravam uns dois meses, a gente tinha aula praticamente o dia todo e prova todo sábado. Então eu tive aula com vários professores da CEPAL e certa influência do pensamento cepalino. Da questão do desenvolvimento, da especificidade da urbanização da América Latina, da teoria da dependência, da questão da marginalidade urbana. Eu caminhei por aí durante algum tempo, discutindo sobre trabalho, setor informal, marginalidade, a especificidade disso no estado da Bahia. E isso casou, com o contato com o CEBRAP e com a pesquisa sobre a força de trabalho e desenvolvimento, que foi a pesquisa que fizemos articulada com o CEBRAP, que deu no livro *Bahia de todos os pobres*, do qual saiu uma das minhas produções mais importantes, um texto com Guaraci chamado *A produção não capitalista no desenvolvimento capitalista de Salvador*. Porque aí a gente já estava além da discussão da CEPAL, da dependência, dessa coisa toda, a gente já estava com uma certa influência do pensamento marxista. Então, durante

algum tempo eu transitei por esta discussão, por estas questões. Eu estava na faculdade, estava no departamento de sociologia, já tinha feito o mestrado, mas não queria parar aí, eu queria fazer um doutorado, mas era complicado, porque na Bahia, como em todo Nordeste, não tinha o doutorado na área de ciências sociais. Naquela época, você só tinha acho que era Rio e São Paulo, não lembro se tinha em outro lugar, talvez Minas.

C.C. – Unicamp talvez?

I.C. – Talvez a Unicamp, mas não tenho certeza.

C.C. – Brasília?

I.C. – Rio e São Paulo, talvez Brasília.

C.C. – Ou exterior.

I.C. – É, o exterior eu não considerei essa hipótese porque eu tinha família aqui, eu tinha filhos pequenos, meu marido não é da área universitária, meu marido é um arquiteto e trabalhava em outras coisas.

C.C. – A senhora casou quando? Estava na...

I.C. – Eu casei logo que eu entrei na faculdade. Eu casei, tive filhos, então eu não contemplei essa perspectiva de ir para o exterior. É uma coisa que eu até gostaria de ter feito, mas fiz minhas escolhas e fiz as escolhas acertadas. Aí eu fui para São Paulo.

C.C. – São Paulo para fazer o doutorado?

I.C. – Para fazer o doutorado.

C.C. – Mas isso já em 1980?

I.C. – Em 1980, porque eu só pude fazer em 1980? Porque não havia o doutorado aqui em Salvador, os doutorados, como eu disse, eram concentrados no Centro-Sul e a universidade também não liberava a gente para fazer o doutorado, basta dizer que Klaas, que era professor da faculdade, quando ele quis fazer o doutorado ele teve que pedir demissão da faculdade para ir para Harvard. Significava você sair da universidade. Mas em 1979 para 1980 veio um programa que era chamado PICD, Programa Intensivo de Capacitação Docente, e com esse programa os professores passaram a ser liberados para cursar o doutorado, ou no Brasil ou no exterior. Então eu entrei no PICD e fui para São Paulo fazer o doutorado.

C.C. – E passou quanto tempo em São Paulo?

I.C. – Eu passei um ano em São Paulo, fazendo os cursos e depois voltei para cá para fazer a tese aqui, era complicado eu ir e voltar.

C.C. – Sua família ficou aqui?

I.C. – Minha família ficou aqui. Eu ia e vinha, passava três semanas lá e uma aqui. Nas férias eu ficava aqui, intensifiquei os cursos, estudava loucamente. Também eu não tinha muita coisa para fazer em São Paulo, era basicamente cinema e estudar.

C.C. – E a senhora vai ser orientada...

I.C. – Pelo Reginado Prandi.

C.C. – Que já tinha contato antes... Na USP o professor escolhia os...

I.C. – Eu tinha um contato com o Reginado, como eu disse, a partir dessa articulação que a gente tinha feito com o Cebrap. Reginado, inclusive, pegou essa pesquisa também sobre força de trabalho e desenvolvimento, que foi, se eu não me engano, a tese de doutorado dele. Ele tem um livro chamado *O trabalhador por conta própria sob o capital*, em que ele discute toda a questão do trabalhador, do trabalho por conta própria e tudo. Então, eu já tinha um contato com o Reginado... Na época você tinha, para entrar na USP, que ter um contato com um professor.

Eu fui para lá, fui trabalhar com o Reginaldo, que não era exatamente especialista na área do meu tema, mas ele foi importante, a gente teve discussões interessantes. E lá também eu fiz alguns cursos, eu fui aluna do Juarez Brandão Lopes, eu fiz o curso com Octavio Ianni na PUC, Octavio Ianni nesse tempo não tinha voltado para a USP, estava dando aula na PUC. A minha tese de doutorado foi um pouco a ampliação das preocupações que eu tinha com a questão da pobreza, com a questão do subemprego, com a questão da marginalidade urbana. E com a experiência que eu tinha aqui, de viver em um estado do Nordeste, um estado da periferia nacional. ...foi uma época, também, que em 1980 teve uma seca terrível no Nordeste. Na época eu me lembro que foi chamada “a seca do século”, a maior seca do século. Então, isso me motivou a pensar um pouco a questão da periferia, na qual eu vivia e a qual eu vinha estudando há algum tempo, e como essa periferia estava se transformando, o papel do desenvolvimento regional, das propostas de desenvolvimento regional que tinham sido formuladas através da SUDENE, e que eu via aqui muito, o impacto em Salvador, certo? Aí eu resolvi estudar isso. A questão das transformações que ocorreram na região nordestina, com as propostas do desenvolvimento regional e o impacto disso.

C.C. – Agora, só para contextualizar isso ocorre já no contexto de um regime autoritário. Quer dizer, como a política entra sendo tema sociológico tradicional.

I.C. – Por isso que a tese, que saiu publicada depois, tem o nome O Nordeste e o Regime Autoritário. Exatamente eu peguei o que era a proposta original de Celso Furtado, todo o projeto desenvolvimentista que foi abortado, o que aconteceu, no que deu. Eu estava muito influenciada também pelos debates e pelas colocações do Chico de Oliveira sobre isso. E eu fui por aí, para ver o que tinha ocorrido, como as coisas tinham mudado. A partir da SUDENE, dos planos diretores da Sudene, das atas do conselho da Sudene e de umas entrevistas que eu fiz. Eu lembro que eu entrevistei Euler Bentes lá no Rio, eu entrevistei Arraes. Arraes foi uma experiência interessante, o Arraes falava muito pouco.

C.C. – E ele tinha sido candidato a presidente pouco antes, não é? Anticandidato.

I.C. – Exato, Euler foi um dos superintendentes da SUDENE, obviamente não era o mesmo projeto, a mesma coisa. Mas ele tentou retomar, (na época que ele foi da SUDENE) algumas

propostas do Celso Furtado. Mas eu me lembro que eu fui entrevistar Arraes. Foi uma entrevista interessante. Cheguei até o Arraes através de alguns amigos da economia e da sociologia, Leonardo, Tânia Bacellar. Aí eu cheguei lá, entrevistei Arraes e Arraes falou pouco, eu me senti um fracasso como entrevistadora. Depois, quando eu conversei com meus amigos, eu descobri que tinha sido um sucesso.

C.C. – Por que?

I.C. – Porque ele falou alguma coisa.

C.C. – Ah! Porque ele não falava nada.

I.C. – Porque ele não era de falar, era de falar pouquíssimo. Aí depois de um certo tempo ele chamou: “Madalena, traga um cafezinho para a professora”. Era o sinal de que a entrevista estava encerrada.

C.C. – E Arraes, Euler Bentes, quem mais você entrevistou?

I.C. – Eu me lembro que Arraes, Euler Bentes, Tânia Bacellar, teve mais gente. Celso Furtado eu não cheguei a conversar com ele não. Acho que ele estava no exterior nessa fase... Eu entrevistei várias pessoas, mas trabalhei principalmente com os Planos Diretores e com as atas. Toda a questão do que foi a discussão do pré-Sudene, a questão dos conflitos sociais, dos conflitos agrários. De como a SUDENE surge em resposta a toda aquela efervescência, não é? Depois, o que era a proposta original e de como essa proposta foi se transformando, assumindo um outro caráter, com a ditadura. Durante algum tempo eu trabalhei com essa questão regional, articulando o regional com a questão social, com a questão do emprego, com a questão da pobreza, com a questão do tipo de urbanização da periferia. Levei alguns anos mexendo com isso. E já que você está tentando pegar um pouco da trajetória das ciências sociais, acho que uma coisa importante também na minha trajetória e na trajetória das ciências sociais foi a criação das associações nacionais, da ANPOCS, da SBS, eu acho que isso foi também um elemento fundamental nas ciências sociais e na minha trajetória. Porque, principalmente para

quem morava e trabalhava em universidades da periferia, como era o caso aqui da Bahia, a ANPOCS foi a oportunidade de uma maior nacionalização.

C.C. – Juntava todo mundo.

I.C. – Juntava todo mundo, a gente se conhecia, a gente discutia, a gente se renovava, a gente tinha mais visibilidade e a gente tinha também a oportunidade de uma militância acadêmica. Eu acho que isso é uma coisa importante. Eu sempre fui uma pessoa de posição – quer dizer, sempre não, não é? Desde que eu entrei na universidade eu sou uma pessoa de posição e de princípios políticos muito claros, uma pessoa de esquerda. Mas eu não tive, ao contrário de outros colegas, uma militância propriamente política, certo? Eu não tive essa militância. Não quer dizer que eu nunca me meti em política. Mas eu não tive uma militância mais direta, vinculada com partidos e organizações. Então, a minha militância sempre foi uma militância acadêmica, eu via muito a minha função e a importância que meu trabalho teria a partir de contribuir para conhecer mais a realidade do meu país. (...) contribuir para que meus alunos pudessem ter maior clareza quanto às condições do meu país, e também participar da discussão pública. Mesmo na ditadura eu procurava. Coisas que hoje em dia podem parecer ridículas, mas era proibido você discutir sobre invasões, aqui em Salvador. Invasão era o nome que se tinha, depois mudou, hoje em dia se chama de ocupação, virou politicamente correto. Mas, durante muito tempo, havia a naturalização desse conceito de invasões aqui. Salvador é uma cidade em que a maior parte dela é invasão. Porque aqui você não teve muitos loteamentos clandestinos e a população pobre tinha que achar uma maneira de morar. E era através de ocupações coletivas de terras. Então, eu participei muito dessas discussões públicas. Eu acho que minha militância foi por aí. E também das instituições acadêmicas.

C.C. – A ANPOCS a senhora mencionou que era importante para isso também. Também juntava. Agora só uma pergunta sobre a ANPOCS, a sua impressão. Quer dizer, por um lado tinha isso, a oportunidade de juntar pessoas do Brasil inteiro. Por outro lado, pelo menos no início, a ANPOCS, os presidentes da ANPOCS, era basicamente Rio e São Paulo, quer dizer... Como é que se vivia nessa periferia e no centro?

I.C. – Olha, no princípio era complicado. No princípio era complicado porque o domínio intelectual era apenas do Rio, São Paulo, e eu acho que havia até um certo... acho que a palavra preconceito seria muito forte, mas uma certa desconfiança em relação ao pessoal que era menos conhecido, que era mais novo, que estava na periferia. Eu participei de várias comissões da ANPOCS, inclusive fui da diretoria, fui da diretoria da SBPC, as coisas mudaram. Mas eu tenho exemplos ilustrativos dessa desconfiança. Quando eu comecei na ANPOCS eu estava em uma comissão chamada comissão da *Interamerican Foundation*. Era uma instituição americana chamada que estava oferecendo recursos para estudar os problemas sociais do Nordeste brasileiro. Eu fui para a comissão da Interamerican, havia várias pessoas muito interessantes lá, (Chico de Oliveira, Afrânio Garcia) e nós selecionávamos projetos para serem apoiados. Mas o então presidente da ANPOCS tinha um pé atrás com essa coisa do regional.

C.C. – Tinha a questão do acesso à informação que era diferente. O IUPERJ, o Museu Nacional, esses lugares...

I.C. – Era diferente. Com certeza!

C.C. – Antes da internet, eu me lembro que eu, aluno de graduação, às vezes a gente ia para ver os cartazes que ficavam, ir na biblioteca ver o que tinha chegado de novo. É um mundo muito diferentes quando você pode acessar uma base de dados.

I.C. – Com certeza. Mas depois os acadêmicos da chamada “periferia” foram se afirmando pelo seu trabalho e pela sua participação, hoje vários deles se incluem entre as lideranças da comunidade brasileira das ciências sociais. A ANPOCS e demais associações e instituições acadêmicas passaram a adotar uma perspectiva mais ampla, nacional... Tanto que eu fui da ANPOCS em várias comissões, fui da Comissão da Interamerican, da Comissão de Assessoramento Institucional e da Diretoria... E, ao mesmo tempo, essa nacionalização das ciências sociais... tem que ver também com todo o processo de formação e consolidação do sistema de pós-graduação e pesquisa. Inicialmente concentrado no centro-sul, mas que depois se nacionalizou. Começam a ter pós-graduações nos diversos estados, nas universidades também da periferia, a informação circulava, se formavam grupos articulados a partir da ANPOCS e a partir de vários projetos de pesquisa que mesclavam pesquisadores, por exemplo,

do Rio Grande do Sul, com São Paulo, com Ceará, para discutir a violência. A gente aqui passou a desenvolver projetos com o pessoal de São Paulo. Então, eu acho que houve uma nacionalização das ciências sociais.

[FINAL DO ARQUIVO 01]

Projeto: Memória das Ciências Sociais no Brasil

Entrevistado: Inaiá Maria Moreira de Carvalho

Local: Salvador -BA

Entrevistadores: Celso Castro

Transcrição: Lucas Andrade Sá Corrêa

Data da transcrição: 11/07/2016

Conferência: Priscila Oliveira

Data da conferência: 16/08/2016

Versão revista pela entrevistada

Entrevista 20/05/2016

C.C – Você estava falando da reflexão que estava fazendo agora.

I.C. – Essa reflexão eu estou fazendo agora, é uma reflexão assim, estou pensando alto... As pessoas que você está entrevistando, eu, Anete, são pessoas...

C.C. – Vamos entrevistar a Rosário...

I.C. – Rosário trabalhou com o Pedro Agostinho também por muito tempo. Essa geração toda, nós ao mesmo tempo que fomos produtores, também fomos um produto do processo de transformação e modernização do país. Notadamente, da constituição de um sistema nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, certo? Que eu acompanhei, como eu disse, eu tenho uma militância mais acadêmica, eu fui do comitê assessor do CNPQ, fui secretária regional da SBPC da Bahia, eu fui da diretoria da SBPC. Quer dizer, o que expressa inclusive essa nacionalização.

C.C. – Eu tenho uma dúvida, porque essa sua geração também que estava fora do eixo Rio e São Paulo. Que vive esse processo da pós-graduação se consolidar, também teve várias pessoas que tiveram uma dificuldade até formal, estou pensando na entrevista com a professora Anete, hoje, por exemplo. Que já tinha até o mestrado aqui, trabalhava muito, que dava aula e estava no CRH, e só vai conseguir o doutorado muito depois. Quer dizer, pessoas que se ocupavam muito localmente, é diferente de quem estava no centro e com vinte anos já tinha o mestrado e com trinta o doutorado.

I.C. – Isso é verdade, Anete ressaltou um ponto importante, certo? Inclusive...

C.C. – A senhora terminou o doutorado vinte anos antes dela. Essa dificuldade de ser uma pessoa muito sênior e ter jovens que...

I.C. – Quer dizer, eu comecei o mestrado cedo. Eu fui da primeira turma do mestrado. Tanto que eu entrei logo depois da faculdade. Eu entrei na faculdade, se não me engano, com 26 anos. A maior parte dos meus alunos era de minha idade ou mais velhos. Mas depois eu fiquei... Eu não pude fazer logo o doutorado porque significava abandonar a carreira universitária para sair sem nenhum auxílio, sem nada, a gente só pôde sair pelo PICD. E teve casos como o de Anete, e Anete não é o único caso não, tem outras pessoas. Por exemplo, Guaracy, quando Guaracy vai fazer o doutorado dela, já era uma pessoa muito experiente, sênior, Anete uma pessoa sênior, coordenando n projetos.

C.C. – Inclusive da Capes [inaudível].

I.C. – O CAPES [inaudível] e tudo. Guaracy é uma pessoa que vai fazer o doutorado também bem mais tarde, porque foi quando ela pôde fazer o doutorado em demografia em Campinas. E a gente segurou muito a universidade, não sei, talvez seja meio pretencioso dizer isso, mas nós somos muito construtores da instituição universitária local. Nós temos um trânsito nacional e uma contribuição nacional, mas eu acho que a gente pesou mais na constituição da Universidade Federal da Bahia.

C.C. – Inclusive também com a criação de... Não só com a consolidação de programas de pós, mas de grupos de pesquisa, revistas, no caso do Caderno...

I.C. – Exatamente. O CRH, depois daquele PRH antiquíssimo, que depois virou um centro. Como eu disse, nós éramos um grupo pequeno de jovens cientistas sociais interessados por pesquisas empíricas, entusiasmados por compreender nosso país, as transformações do nosso estado, questões sociais. Em uma universidade que não oferecia grandes condições para isso. Então, nós construímos muito, nós construímos o CRH que hoje é um centro conhecido e respeitado nacionalmente. Anete construiu uma revista, o papel da Anete na construção da revista, que hoje é uma das revistas nacionais de maior prestígio, foi fundamental. Então, com isso ela prejudicou a carreira dela. Guaracy também levou muito tempo segurando a barra do Centro de Recursos Humanos, a direção, tentando atrair mais gente, atrair mais recursos. Então, eu acho que a geração da gente foi um produto dessas transformações na medida que expressa um processo de modernização de país, repetindo, não é? Na constituição de um sistema nacional de pesquisa e pós-graduação na área de ciências sociais, nós também fomos construtores. E alguns especialmente construtores.

C.C. – O que tem de um pouco... Trágico, não é a palavra, é muito forte... Mas assim, que gerações mais novas que já foram formadas nesse sistema não conhecem a história e quando entram veem um professor: “Ah não tem doutorado, como é que entrou?”.

I.C. – Claro, mas essa coisa de “não tem doutorado” é ridícula. No tempo em que isso era colocado, como eu já tinha, (eu tenho desde 1986) eu dizia: “gente, eu sou insuspeita para dizer isso, mas eu acho ridículo, porque o doutorado é um título escolar, que algumas pessoas não precisam...”. Você quer ver o que significa essa coisa do fetichismo do doutorado? quando eu

terminei a minha tese de doutorado, para constituir a minha banca a pessoa que eu queria mais era Chico de Oliveira, que já estava na USP nesse tempo. Era a pessoa que mais tinha escrito e que melhor tinha escrito sobre a questão regional, sobre o Nordeste, sobre a SUDENE... Aí na época (1986) a USP recusou porque o Chico não tinha doutorado, o ridículo foi tão grande que logo depois lhe deram o título de notório saber, e pronto.

C.C. – Mas o desenvolvimento da pós-graduação, da burocratização dessas agências, do CNPQ, começaram a exigir o diploma, o título, perdão.

I.C. – Claro, claro. Tudo bem, eu acho que hoje em dia é outra coisa. Hoje o doutorado é início de carreira, eu tenho atualmente dois doutorandos. Um deles está terminando agora e vai começar a carreira universitária. Mas naquele tempo não, a gente expressa uma trajetória e uma trajetória de pessoas que construíram inclusive esse sistema. Esse exemplo do Chico é o mais ilustrativo de todos.

C.C. – Uma diferença muito diferente também da sua geração, a pessoa graduada começava a dar aula na universidade, como assistente, já tinha uma carreira, fazia o mestrado já trabalhando, empregado. Hoje em dia o jovem é doutor, consegue uma bolsa de recém-doutor no máximo e faz um concurso.

I.C. – Com certeza. Espera o próximo concurso.

C.C. – Mudou muito rápido, não é? No espaço de uma ou duas gerações inverteu-se várias hierarquias acadêmicas.

I.C. – Mudou, mudou. Mudou bastante rápido, certo? E aí, voltando, eu fiz o doutorado. Continuei no departamento, depois na fase de Collor, eu terminei me aposentando formalmente, é curioso a minha relação com a UFBA porque desde que eu entrei eu nunca consegui sair dela e nem quero.

C.C. – Em que ano a senhora se aposentou? Quando foi isso?

I.C. – Me aposentei formalmente... Foi no final do governo Collor, mas muita gente nem sabe disso. Houve uma história (não sei se foi boato ou se não foi para frente, como o Collor não foi para frente) que iam acabar a aposentadoria integral. E com isso eu tive que tomar essa decisão. Aqui na UFBA saíram 300 professores.

C.C. – Isso foi o que, 1992?

I.C. – Não me lembro o ano. Foi mais ou menos isso, foi final do governo Collor. Aí eu me aposentei formalmente mas continuei. Continuei como? No CRH onde estou até hoje. Até voltei formalmente à Universidade porque mesmo depois de aposentada eu levei um período nomeada como diretora do CRH, e três anos como coordenadora de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA. Então, até hoje eu estou no CRH, certo? Estou também no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, como professora associada, e estou mais recentemente em um programa de pós-graduação da Universidade Católica do Salvador.

C.C. – Na Católica a senhora está desde 2005... Onze anos.

I.C. – É 2005? É que eu fiquei um período depois, eu saí. Porque eu estava como responsável pelo congresso nacional da SBS aqui, eu presidi esse congresso, então eu saí por dois anos e meio, e voltei recentemente. Então, hoje em dia eu continuo no CRH, continuo na pós-graduação em ciências sociais da UFBA com orientandos e estou na UCSAL também na pós-graduação, hoje em dia eu trabalho só com a pós-graduação e com a pesquisa. Mais recentemente eu voltei a centralizar as minhas discussões na questão urbana, agora vinculada ao Observatório das Metrópoles. Uma rede nacional, acho que vocês devem conhecer.

C.C. – Que é sedeadada na USP, não é? Ou CEBRAP?

I.C. – Não, no CEBRAP não. É lá no Rio, no IPPUR. É coordenada pelo Luís Cezar de Queiroz Ribeiro.

C.C. – Ah! É do Luís Cezar, está certo.

I.C. – É a rede coordenada pelo Luís Cezar, que hoje em dia pega 12 estados no Brasil, é uma rede que tem se revelado muito produtiva, muito interessante, e com núcleos em vários estados, em várias universidades. Nos últimos anos eu tenho estudado muito a questão das transformações na estrutura urbana. Passei a discutir a questão da segregação, os impactos da segregação, a pobreza, a vulnerabilidade social, a questão das transformações na ordem urbana. Então é um pouco essa a minha trajetória.

C.C. – Agora, falando mais em relação aos grandes temas ou áreas de atuação, que você mais atuou. Quer dizer sociologia do desenvolvimento e outro a questão urbana, a urbanização. Tem 50 anos praticamente, dos nos 1960 até hoje...

I.C. – Se você pensar de 1966 até 2006...

C.C. – O que era estudar sociologia do desenvolvimento e questão urbana 50 anos atrás e hoje?

I.C. –Eu diria o seguinte: o que une? o que diferencia? e o que é a mesma coisa? Se eu fosse resumir a minha trajetória, certo? Eu diria que a minha trajetória analisa a questão do desenvolvimento e da modernização da sociedade brasileira, principalmente da perspectiva de uma área periférica, centrada nas questões da vulnerabilidade, de questão social. Vulnerabilidade social, trabalho, pobreza... Isso eu acho que é o que une a minha trajetória, inclusive com algumas questões até mais específicas. Por exemplo, teve um período em que eu produzi algumas análises sobre a questão do trabalho infantil. Provocada por estar inserida no debate com as instituições da sociedade civil. Teve um tempo em que eu estava articulada com a UNICEF discutindo a questão do trabalho infantil, com o PETI, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Então eu acho que até uma questão que não está exatamente no centro das minhas preocupações, por assim dizer, está unida por essa coisa. Quer dizer, as transformações da sociedade brasileira e como essas transformações vêm sendo marcadas por um padrão de desenvolvimento perverso, que reproduz as desigualdades, que reproduz as vulnerabilidades, que reproduz a pobreza. Então, isso é o que une.

C.C. – Isso seria a continuidade. E o que mudou?

I.C. – E o que mudou? [entrevista interrompida] O que mudou? Eu acho que mudou a perspectiva teórica com que a gente encara essas coisas todas. Mudou, vamos dizer, certas perspectivas...

C.C. – Em que sentido? 50 anos atrás existiam grandes teorias e hoje não existem mais, é isso?

I.C. – Grandes teorias e grandes narrativas. Que hoje não tem como a gente ter. E muitas certezas antigamente. Antigamente a gente tinha muito uma ideia de teoria da história. Que a história tinha uma trajetória e tal, e a gente aprendeu que não tem. A gente aprendeu que não tem, que a história é feita pelos homens, em circunstâncias que mudam. Então, eu acho que, a gente tem um amadurecimento em termos teórico-metodológicos, certo? A gente perdeu uma série de ilusões, da própria capacidade de transformação social. Eu não estou dizendo que eu fiquei niilista, por incrível que pareça, nesse país e na situação atual do país eu ainda procuro conservar um pouco de esperança. Mas certamente a gente não pode ter as mesmas ilusões de antigamente. Havia toda uma perspectiva de que a gente ia chegar lá, de que essa sociedade ia se transformar em uma sociedade melhor, em uma sociedade menos desigual, mas justa, melhor. Isso a gente está vendo hoje em dia que é muito mais difícil, muito mais complicado. Por outro lado, eu acho que certas coisas mudaram. Se você pensar o que foi o processo de urbanização, e certas questões também se transformaram. Pensando um pouco nas coisas que eu estou discutindo recentemente. Se você pensar o processo de urbanização... teve uma fase, eu me lembro que Guaracy estudou muito isso, discutindo as migrações, a influência dos migrantes, a perspectiva dos migrantes. Hoje em dia, você tem um processo de urbanização que é geral, é nacional. Você vê, está aí a mídia...

C.C. – O grau de urbanização dos anos 1960 para hoje, também aumentou quase o que, 90%?

I.C. – Exatamente. Por outro lado, você tem uma série de fenômenos, por exemplo, uma coisa que eu tenho estudado muito recentemente aqui em Salvador, é como hoje em dia se está em uma fase, com a nova força do capitalismo neoliberal, isso tem um impacto sobre a cidade. Por exemplo, com os novos padrões de gestão urbana.

C.C. – Problemas habitacionais também

I.C. – É, os problemas habitacionais mudaram. E, por outro lado, se você pensar bem, você sempre teve, no Brasil, uma predominância do capital imobiliário conduzindo o desenvolvimento das cidades. Dois autores americanos assinalam que o desenvolvimento das cidades envolve sempre um embate entre os habitantes das cidades (cujo interesse maior está na qualidade de vida urbana) e o capital imobiliário, que vê a cidade como fonte de lucros. Enfim, tem uma contradição e uma luta continuada entre os que vivem na cidade e os que vivem da cidade. Essa luta a gente um pouco acompanhou, mas o que a gente vê mais recentemente? Com a perspectiva do empreendedorismo urbano, a difusão disso e tudo... Você tem cada vez mais um poder do empreendedorismo urbano e do capital imobiliário sobre os destinos da cidade. Salvador, por exemplo, é uma cidade que nos últimos oito anos se modificou radicalmente, inclusive com ação da prefeitura passada, que começou a fazer planos diretores e liberou geral. Então, a cidade começou a ficar muito mais complicada, ficou muito mais desigual, a cidade ficou mais injusta. As perspectivas de análise da gente mudaram, uma parte das ilusões se desfez e uma parte dos fenômenos que a gente estuda se transformou, se renovou e a gente precisa estar de olhos abertos para entender essa nova realidade. Eu acho que isso ainda continua sendo uma tarefa nossa fundamental, da intelectualidade. Eu ainda acredito nisso, embora hoje em dia eu acredite muito menos no poder dos intelectuais. Se a gente pensa na situação e na crise do país a gente vê que as coisas estão mais complicadas e que é difícil ter esperança, mas eu continuo tentando manter. Não sei se você quer mais alguma coisa.

C.C. – Não, foi ótimo a gente fez uma entrevista um pouco concentrada, eu lhe agradeço.

[FINAL DA ENTREVISTA]